

## **MARXISMO E MEIO AMBIENTE: DA CONTRIBUIÇÃO DE MARX ÀS INTERPRETAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DIANTE DA CRISE ECOLÓGICA**

**MARXISM AND ENVIRONMENT: OF THE CONTRIBUTION OF MARX AT  
CONTEMPORARY INTERPRETATIONS IN FRONT OF ECOLOGY CRISIS**

### **Resumo**

O artigo trata da questão do meio ambiente/natureza em Marx e alguns marxistas contemporâneos. Inicialmente retoma Marx e como a natureza é vista como parte integrante do próprio ser humano. Em seguida, analisamos as contribuições contemporâneas de Adorno e Horkheimer na relação de subordinação da natureza pelo homem moderno, que lhes aparece como exterioridade e de sua própria natureza. Por fim, as contribuições de Mézaros e de Harvey sobre a crise ecológica contemporânea e a proposta de Lowy em lutar por um ecossocialismo. Esta última abordagem visa tornar a luta socialista ativa em relação à crise ecológica que põe em risco a sobrevivência da humanidade em nosso planeta. Portanto, o estudo tem como intuito levantar reflexões sobre o debate teórico a respeito da questão ambiental em autores clássicos e contemporâneos, assim, evidenciando em cada pensador aspectos que influenciaram nos rumos do debate ecológico.

**Palavras-chave:** natureza; humanidade; marxismo.

### **Abstract**

The article speech about the question of the environment in Marx and some contemporary marxists. Initially resume to Marx and how nature is seen as an part integral the human being self. Then analysis the contemporary contributions of the Adorno and Horkheimer, in the relationship of subordination of nature that outside to him, and of the tour own modern human. Finally the contributions of the Mézaros e Harvey about the contemporary ecology crise and, the proposal of the Lowy in fight by

- 
- 1 Professor Titular da Universidade Federal da Bahia. Doutor em Sociologia - Université de Paris VII. Pós-Doutor pela CNRS/Universidade Toulouse le Mirail (França). Líder do grupo de pesquisa Representações sociais: arte, ciência e ideologia.
  - 2 Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (PPGCS/UFBA). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (PPGCS/UFBA). Graduado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Membro do grupo de pesquisa Representações Sociais: arte, ciência e ideologia.

a ecossocialismo. This last approach aims to make the socialist fight active at relation the ecology crisis that on in risk the survival of humanity on our planet. Therefore, the study aims to raise reflections on the theoretical debate regarding the environmental issue in classic and contemporary authors, thus, showing in each thinker aspects that influenced the course of the ecological debate.

**Keywords:** nature; humanity; marxismo.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objeto discutir como Marx e, posteriormente, alguns autores marxistas analisaram a questão da relação entre a sociedade capitalista e a natureza e, particularmente, como o desenvolvimento de forças destrutivas, no interior das próprias forças produtivas, nos conduziram à atual crise ambiental. Partimos da discussão clássica de Marx que sustentava uma perspectiva de uma dialética na qual homem e natureza pudessem ser apreendidos de modo unitário. Essa sua tese continha a alienação histórica necessária para o desenvolvimento das forças produtivas materiais e a reconciliação entre a sociedade e a natureza, que só poderia ocorrer com a supressão da propriedade privada dos meios de produção e do próprio capital. Em seguida abordamos dois autores da escola de Frankfurt que já antecipavam traços da crise atual como decorrentes do desenvolvimento capitalista e da própria razão iluminista. No entanto, será a partir da discussão de três autores contemporâneos, quais sejam Mézaros, Harvey e Lowy, que introduzimos no texto a crise ambiental contemporânea e os limites em reconhecê-la em toda a sua extensão.

O estudo da natureza e das relações em seu entorno é fundamental, principalmente neste contexto de crise ecológica global, para o entendimento dos limites humanos na interação com os fenômenos do meio ambiente. Não há possibilidade de futuro entre o conjunto dos seres vivos sem a redução profunda dos danos causados pelos indivíduos. Dentre os principais elementos, podemos destacar a transformação da lógica racional como o ponto básico para frear o avanço desproporcional visto na contemporaneidade. A partir desta discussão sobre a racionalização, o contato cotidiano entre homem/natureza e de novas proposições teóricas-metodológicas acerca do ambiente natural, buscamos levantar algumas reflexões ao sinalizar os avanços e limitações de autores que pensaram a respeito das temáticas. Logo, o objetivo é apresentar o debate intelectual desses pensadores que contribuíram para pensar a ecologia, impulsionando e direcionando caminhos políticos e socioeconômicos, influenciando profundamente as discussões ecológicas em uma perspectiva socialista.

Assim, o método utilizado para a elaboração deste ensaio consistiu em examinar em autores marxistas, clássicos e contemporâneos, como a questão da relação entre humanos e a natureza, bem como o desenvolvimento de forças produtivas e de forças destrutivas implicaram no fenômeno atualmente percebido como crise ambiental. Assim, recuperamos as principais discussões de Marx (2000; 1975; 2012; 2015; 2019) e verificamos como, posteriormente, ocorre o desdobramento da compreensão da relação homem/natureza, considerando que há uma insuficiência no materialismo histórico, que começa a encontrar um curso de desenvolvimento na discussão atual sobre o ecossocialismo.

### **A NATUREZA E A LUTA AMBIENTALISTA: A SEPARAÇÃO, RECONCILIAÇÃO E O DOMÍNIO DO HOMEM SOBRE O MEIO AMBIENTE**

Nos *Manuscritos*, Marx (2000) esboça algumas de suas principais descobertas que serão consolidadas em *O Capital*. No entanto, como ainda se encontrava sob forte influência da filosofia, preocupa-se com o ser e a natureza de modo explícito, o que aparecerá secundarizado em outras obras, sobretudo naquelas voltadas para a discussão da luta de classes, como *O manifesto comunista* (2012); *As lutas de classe na França* (2015) e *Brumário de Napoleão Bonaparte* (2015), voltando a ocorrer no livro três de *O Capital*. Para os nossos objetivos, os *Manuscritos* (2000) aparecem como os textos mais plenos para a discussão da natureza e dos elementos em seu entorno.

A natureza aparece em Marx (2000) a partir de sua compreensão acerca do processo de alienação, envolvendo não só a separação inicial do homem em relação à natureza a partir de sua atividade criativa de trabalho, como o desenvolvimento de relações de produção e a apropriação privada dos meios de produção e do resultado do próprio trabalho. A cisão inicial necessária entre homem e natureza com o trabalho afastando os indivíduos de seu próprio ente biológico acentua-se com a apropriação privada da natureza e do trabalho, instaurando-se a oposição definitiva e irreconciliável entre humanidade e natureza, e entre os próprios seres humanos (detentores e despossuídos dos meios de produção).

Marx (2000) acentua como o surgimento da propriedade privada desenvolverá a alienação do trabalhador em relação ao fruto do seu próprio trabalho. Observará que a apropriação privada dos meios de produção e da própria força de trabalho ampliará imensamente essa alienação ou estranhamento, e verá na sociedade capitalista o seu desenvolvimento acabado, isso porque a apropriação privada apresentar-se-á como a subsunção tanto da natureza quanto das forças

do trabalho e de todos os meios de produção a um elemento externo, qual seja, o capital. Este é o primeiro modo de produção que submete as forças produtivas e os meios de produção ao capital, buscando como objetivo principal o lucro, e não a satisfação das necessidades individuais e coletivas. A sociedade e a natureza encontram-se, assim, subordinadas ao valor, consubstanciado na forma do valor de troca. Reproduzir para obter lucro através da exploração da mais-valia e dos mecanismos de realização na troca de mercadorias tornou-se o objetivo principal do capitalismo.

A questão da alienação em relação à natureza e a necessidade de superá-la através da instituição de um novo modo de produção aparecem como crítica à ganância do capital e a propriedade privada:

[...] agora temos, portanto, de conceber a interconexão entre a propriedade privada, a ganância, a separação do trabalho, capital e propriedade da terra, de troca e concorrência de valores valorização do homem, de monopólio e concorrência etc., de todo esse estranhamento (Entfremdung) com o sistema do *dinheiro*. (MARX, 2000, p. 80).

Marx (2000) preocupa-se, sobretudo, em verificar como a alienação em relação à natureza torna-se alienação em relação ao próprio homem através do processo de trabalho. Assim, o trabalho que hominizou a espécie através de sua efetivação é o mesmo que provoca a sua desafetivação ao tornar a sua atividade e o seu resultado como algo que lhe é estranho. Segue-se a essa compreensão a relação do ser humano genérico com a natureza.

[...] praticamente, a universalidade do homem aparece precisamente na universalidade que faz da natureza inteira o seu corpo orgânico inorgânico, tanto na medida em que ela é 1) um meio de vida imediato, quanto na medida em que ela é o objeto/ matéria e o instrumento de sua atividade vital. A natureza é o corpo *inorgânico do homem*, a saber, a natureza enquanto ela mesma não é corpo humano. O homem *vive* da natureza significa: a natureza é o seu corpo, com o que ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza. Na medida em que o trabalho estranhado 1) estranha do homem a natureza, 2) e o [homem] de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital; ela estranha do homem o *gênero* [humano]. Faz-lhe da vida genérica apenas um meio de vida individual. Primeiro, estranha da *vida genérica*, assim como a vida individual. Segundo, faz da última em sua abstração um fim da primeira, igualmente, em sua forma abstrata e estranhada. (MARX, 2000, p. 84).

Logo, Marx (2000) aponta para a dupla alienação, afastar-se da natureza e distanciar-se da própria função ativa da existência. Isso devido ao trabalho

alienado, pois este transforma a própria vida em meio de vida. Em oposição ao trabalho alienado, Marx (2000) chama atenção para o trabalho consciente – que distinguiria o homem da atividade animal, uma vez que apenas o homem a transformaria em ação livre. No mundo animal, a ação seria imediatamente a sua própria atividade vital, não ocorrendo distinção entre sua existência e a natureza, enquanto o ser humano, por ter adquirido consciência da sua própria existência, não seria por ela determinado.

O engendrar prático de um *mundo objetivo*, a *elaboração* da natureza inorgânica é a prova do homem enquanto ser genérico consciente, isto é, um ser que se relaciona com o gênero enquanto sua própria essência ou [relaciona] consigo enquanto ser genérico. É verdade que o animal produz, constrói para si um ninho, habitações, como abelha, castor, formiga etc. No entanto, produz apenas aquilo de que necessita imediatamente para si ou sua cria; produz unilateral [mente], enquanto o homem produz um universal [mente]; o animal produz, primeiro e verdadeiramente, na sua liberdade [com relação] a ela; o animal só produz a si mesmo, enquanto o homem reproduz a natureza inteira; no [animal], o seu produto pertence imediatamente ao seu corpo físico, enquanto o homem se defronta livre [mente] com o seu produto; (no animal) o seu produto pertence imediatamente ao seu corpo físico, enquanto o homem reproduz a natureza inteira; O animal forma segundo a medida e a carência da espécie à qual pertence, enquanto o homem sabe produzir segundo a medida de qualquer espécie, e sabe considerar, por toda parte, a medida inerente ao objeto; o homem também forma, por isso, segundo as leis da beleza. (MARX, 2000, p. 85, grifos do autor).

Por outro lado, a alta atividade é reduzida e a atividade livre transforma-se no meio da própria existência física. Enfim, o autor vê a vida genérica tornar-se apenas um meio de trabalho estranhado tanto do ser genérico do homem quanto da própria natureza, portanto, individualizando a vida e levando o indivíduo a estranhar o seu próprio corpo e a natureza que está fora dele. Em outro fragmento dos *Manuscritos*, Marx (2000) observará que a propriedade que aparece no passado sobre a forma da propriedade privada da terra se transmutará em uma propriedade universal, qual seja o próprio capital. A partir desse momento, a própria propriedade da terra perde sua função original subordinando-se integralmente ao próprio movimento do capital:

É necessário que esta aparência seja supra-assumida (*aufgehoben*), que a propriedade fundiária, a raiz da propriedade privada, seja completamente arrastada para dentro do movimento da propriedade privada e se torne mercadoria; que a dominação do proprietário apareça com a pura dominação da propriedade privada, do capital, dissociado de toda a coloração

política; que a relação entre proprietário e trabalhador se reduza a relação nacional-econômica de explorador e explorado; que toda relação pessoal do proprietário com sua propriedade termine, e esta se torne, ela mesma, apenas riqueza material coisal; [...] É necessário que aquilo que é a raiz da propriedade fundiária, o sórdido interesse pessoal, apareça também na cínica figura. É necessário que o monopólio inerte se transmute em monopólio em movimento inquieto - a concorrência; [que] A fruição ciosa do suor e do sangue alheios se transmute num comércio multi-ativo com os mesmos. Finalmente, é necessário que nesta concorrência a propriedade fundiária mostre, sob a figura do capital, a sua dominação tanto sobre a classe trabalhadora, quanto sobre os próprios proprietários, na medida em que as leis do movimento do capital os arruinem ou promovam. Assim, entra no lugar do provérbio medieval nenhuma terra sem senhor (nulle terre sans seigneur), o provérbio moderno: o dinheiro não tem dono (l'argent n'a pas de maître); no qual é exprimida a completa dominação da matéria morta sobre os homens. (MARX, 2000, p. 75).

Ainda nos *Manuscritos*, Marx (2000) antecipa um futuro de superação da propriedade privada e de reconciliação com a natureza. Este futuro seria a sociedade comunista, como “expressão positiva da propriedade privada”, na medida em que aboliria a apropriação individual, tornando-se assim uma “propriedade privada universal”. Para sugerir o comunismo como horizonte de futuro, o autor retorna ao comunismo primitivo, que teria a comunidade como a negação da propriedade, mais ainda de modo tosco, implicando na apropriação universal das coisas e das pessoas, a exemplo da comunidade de mulheres que aparece na citação abaixo:

[...] ao aprender esta relação em sua universalidade, ela é 1) Só uma generalização e aperfeiçoamento da mesma em sua primeira figura; como tal, mostra-se em uma figura duplicada: uma vez o domínio da propriedade coisa é tão grande frente a ele que ele quer aniquilar tudo o que não é capaz de ser possuído por todos como propriedade privada; ele quer abstrair de um modo violento do talento etc.; a posse imediata; física, lhe vale como a finalidade única da vida e da existência; a determinação do trabalhador não é supra assumida, mais estendido a todos os homens; a relação da propriedade privada permanece sendo a relação da comunidade com o mundo das coisas; finalmente, este movimento de contrapor a propriedade privada universal a propriedade privada se exprime na forma animal na qual o casamento (que é certamente uma forma de propriedade privada exclusiva) é contraposto a comunidade de mulheres, na qual a mulher vem a ser, portanto, uma propriedade comunitária e comum pode-se dizer que esta ideia de comunidade de mulheres é o segredo expresso deste comunismo ainda totalmente rude refletido. (MARX, 2000, p. 103-104).

As notas de Marx (2000) sobre o comunismo se oferecem como previsões de um desenvolvimento da sociedade livre das amarras da propriedade privada, sobretudo em sua forma mais avançada e alienada da natureza, qual seja o capital. Por isso, o comunismo é visto como a superação positiva da propriedade privada, conseqüentemente pondo fim ao estranhamento humano com a sua “apropriação efetiva da essência humana pelo e para o homem” (MARX, 2000, p. 105). A natureza aqui seria retomada pelo ser humano, por isso Marx considera o comunismo como naturalismo consumado e o iguala ao humanismo. Aqui a contradição entre homem e natureza seria dissipada:

Ele é a verdadeira dissolução do antagonismo do homem com a natureza e com o homem; a verdadeira resolução do conflito entre existência e essência, entre objetivação e autoconfirmação, entre liberdade e necessidade, entre indivíduo e gênero. É o enigma resolvido da história e se sabe como essa solução. (MARX, 2000, p. 105).

Hegel (2014), mesmo tendo apontado para a relação homem/natureza e identificado nesta última o desenvolvimento de categorias de sua dialética, como já assinalado por Engels (1976), ainda que de forma mecanicista em sua *Dialética da natureza*, não reconhecia na natureza a plenitude da dialética, isto porque desta ausentava-se a consciência de si e sua superação reflexiva. Marx (2000) admite uma diferença fundamental entre o homem e a natureza, a negação da sua naturalidade é realizada a partir do trabalho que o alienou do seu mundo primordial e ao mesmo tempo permitiu o desenvolvimento de uma relação de apropriação do mundo natural em função da resolução de suas necessidades, o trabalho encarna não só a ação sobre o mundo material, mas também a consciência sobre este mundo. Logo, não se perde a categoria hegeliana da consciência, porém a esta não é atribuído um mundo prévio das ideias.

Será essa noção que permitirá Marx (2000) imaginar a possibilidade, não encontrada em Hegel, de reconciliação do humanismo com o naturalismo, ou do homem com a natureza. Assim, Marx postula por algo superior e contrário à exacerbada desumanização provocada pelas relações de produção capitalista, que subordina o trabalho e a própria existência à reprodução ampliada do capital, a ponto do trabalhador só se sentir humano, como assinalado no *Manifesto comunista* (2012) e na *Ideologia alemã* (1975), na satisfação de suas necessidades animais (comer, saciar a sede, procriar), pois a atividade de trabalho tornou-se estéril e externa à sua existência. Logo, a humanidade do gênero humano posta de forma universal seria, ao mesmo tempo, a recuperação de sua naturalidade.

O fato de Marx (2000), seguindo uma perspectiva de o conceito de progresso saudar o formidável desenvolvimento das forças produtivas no modo de

produção burguês, não o impediu, no entanto, de atentar para o aspecto destrutivo que acompanhava esse desenvolvimento e, sobretudo, observar o fim dessa era de desenvolvimento e os entraves desse modo de apropriação dos meios de produção que implicaria em progressiva destruição de forças produtivas. É necessário destacar como aparece na *Contribuição à crítica da economia política* (2003) que as forças produtivas compreendem mais do que o constante crescimento da produção material, elas conteriam também o desenvolvimento da arte, da ciência e da cultura em determinado momento histórico. Logo, o impulso das forças produtivas na época heroica da burguesia teria terminado, pois as contradições entre as forças produtivas e os grilhões das relações sociais de produção ensejariam a superação do modo de produção, tarefa que seria cumprida pelo proletariado revolucionário.

O entusiasmo de Marx (2000) parecia apontar para um momento muito próximo, e apesar de em tese identificar os efeitos da superprodução e da destruição da própria natureza em função do lucro capitalista e, mesmo esboçar a reconciliação do humano com a natureza, escapava-lhe as dimensões da destruição provocada pelo capital e o próprio risco de destruição do planeta enquanto moradia da espécie humana. De forma arguta, percebeu que o mundo poderia ser tomado pela barbárie e foi acompanhado no futuro por outros revolucionários, a exemplo de Rosa Luxemburgo, mas a barbárie inseria-se em um retrocesso histórico, na perda de tudo o que foi conquistado historicamente por sucessivas gerações. Hoje, sabemos que esta possibilidade é extremamente plausível, mas a ela se acrescenta o risco de perda do próprio planeta para as formas de vida que hoje conhecemos.

A perspectiva positivista que dominou a discussão da segunda internacional não percebeu a mudança qualitativa do próprio capitalismo e a mudança da burguesia de uma classe que revolucionou as forças produtivas para uma classe predatória e, por isso, estabeleceu um estreitamento do conceito de forças produtivas elaborado por Marx (2000), adotando o crescimento econômico como chave para a superação do capitalismo. E, em um segundo momento, o produtivismo adotado pelo stalinismo na Rússia afastou o debate da relação homem-natureza do “marxismo oficial”. Seguindo uma perspectiva próxima a de Marx (2000), mas visando construir uma ontologia social, Lukács (2013) reconhecerá a importância da natureza como a base e ponto de partida da própria vida humana, mas mesmo enquanto um pensador contemporâneo ao século XX não destacará os riscos de destruição da natureza pela ação humana, mantendo-se na crítica ao estranhamento e na apreensão do trabalho na sua dimensão construtiva.

Partindo da perspectiva crítica de uma dialética negativa, serão os clássicos da Escola de Frankfurt que verão os riscos destrutivos na relação da humanidade com a natureza. A tese principal encontra-se principalmente na *Dialética do Esclarecimento* (1969) e no *Eclipse da razão* (1976), nestas obras os autores sustentam que a luta pela sobrevivência implicou na dominação da natureza e concomitantemente na dominação dos próprios seres humanos, com uns apropriando-se do resultado do trabalho dos outros, o paradoxo da humanização com a subordinação da natureza (interna e externa aos homens) seria ao mesmo tempo a desumanização. A produção do ser é, ao mesmo tempo, a sua destruição. Temos nestes autores não o risco de que mais tarde será compreendido como ecocídio, mas a perspectiva do quanto o estranhamento da humanidade em relação à natureza a remeteria ao seu próprio passado, com o fracasso de suas conquistas propiciadas pelo esclarecimento.

Na *Dialética do esclarecimento* (1969), Adorno e Horkheimer, diante da ascensão nazista, prognosticam uma escalada de destruição do próprio esclarecimento:

Se uma parte do conhecimento consiste no cultivo e no exame atento da tradição científica (especialmente onde ela se vê entregue ao esquecimento como um lastro inútil pelos expurgadores positivistas), em compensação, no colapso atual da civilização burguesa, o que se torna problemático é não apenas a atividade, mas o sentido da ciência. O que os fascistas ferrenhos elogiam hipocritamente e os dóceis especialistas da humanidade ingenuamente levam a cabo: a infatigável autodestruição do esclarecimento, forçado o pensamento a recusar o último vestígio de inocência em face dos costumes e das tendências do espírito da época. (ADORNO; HORKHEIMER, 1969, p. 12).

Os autores acusam o esclarecimento de recaída no mito que a ciência sempre combateu, transformando seus próprios conceitos e paradigmas em novos mitos. Tal postura teria reconduzido os homens à naturalização, o humanismo, encarnado no esclarecimento como da superioridade dos humanos sobre o restante da natureza, encontrar-se-ia comprometido pelo desenvolvimento do próprio capital:

A naturalização dos homens hoje em dia não é dissociável do progresso social. O aumento da produtividade econômica, que por um lado produz as condições para um mundo mais justo, confere por outro lado ao aparelho técnico e aos grupos sociais que o controlam uma superioridade imensa sobre o resto da população. O indivíduo se vê completamente anulado em face dos poderes econômicos. Ao mesmo tempo, estes elevam o poder da sociedade sobre a natureza a um nível jamais imaginado. Desaparecendo diante do aparelho ao qual serve, o indivíduo, se vê melhor do que provido por ele. Numa situação injusta, a impotência e a dirigibilidade da massa

umentam com a quantidade de bens a ela destinados. A elevação do padrão de vida das classes inferiores, materialmente considerável e socialmente lastimável, reflete-se na difusão hipócrita do espírito. (ADORNO; HORKHEIMER, 1969, p. 14).

Talvez, iludidos com um breve período no qual o capitalismo parecia melhorar o padrão de vida do proletariado, os autores desviaram o interesse da economia para a barbárie no pensamento, mesmo assim percebem o risco de regressão social e econômica em função das crises capitalistas, tendo como pano de fundo o próprio fascismo. No que interessa para o nosso tema, vemos que há um raciocínio semelhante ao de Marx, pois os autores também observam como o desenvolvimento das forças produtivas subordinado à burguesia pode reconduzir a humanidade ao seu estado de natureza.

Marx (2000; 1975; 2012; 2015; 2019) havia observado o predomínio da humanidade sobre a natureza em função do amplo desenvolvimento material e científico, mas já indicava também o seu contrário, qual seja o desencadear de forças destrutivas com potência inédita. Mas, a este crescente de destruição decorrente das amarras das relações de produção burguesas, ele opunha o socialismo, que nos seus textos aparecia num horizonte muito próximo. Já os dois últimos autores citados não perscrutam um futuro com soluções, atestavam um presente sombrio no qual a dominação plena do capital levaria a uma derrocada da sociedade.

No âmbito da promessa de um mundo sem medo, o esclarecimento teria por meta o domínio da natureza e a superação de todos os mitos, desde a narrativa de Ulisses, que consegue controlar a natureza passando inalterado aos seus encantos e terrores até o empirismo científico moderno e o racionalismo. Esse percurso realizado no intuito de projetar a subjetividade humana sobre a natureza, de expurgar o medo do que é estranho ao humano, seria também comum ao mito, pois nele estaria presente “relatar, denominar, dizer a origem, mas também expor, fixar, explicar” (ADORNO; HORKHEIMER, 1969, p. 2). No entanto, o esclarecimento avançou no sentido de busca de um controle objetivo da natureza, dessa forma, o “mito torna-se esclarecimento, e a natureza em mera objetividade” (ADORNO; HORKHEIMER, 1969, p. 2). O conhecer implica em manipular a natureza, mas seguindo um caminho distinto ao do mito, a ciência não reconhece a sua pretensão de dominação e manipulação da natureza. O método científico assim afasta-se da mimese e busca apreender de modo abstrato o conteúdo da natureza enquanto objeto. Desse modo, os autores concebem a abstração científica com um afastamento da própria realidade empírica que todas as ciências se arrogam a apreender:

A abstração, que é um instrumento do esclarecimento, comporta-se com seus objetos do mesmo modo que o destino, cujo conceito é por ele eliminado, ou seja, ele se comporta como um processo de liquidação. Sob o domínio nivelador do abstrato, que transforma todas as coisas na natureza em algo de reproduzível, e da indústria, para qual esse domínio do abstrato, que transforma todas as coisas da natureza em algo reproduzível, os próprios liberados acabaram por se transformar naquele destacamento que Hegel designou como resultado do esclarecimento. A distância do sujeito com relação ao objeto, que é o pressuposto da abstração, está fundada na distinção em relação à coisa, que o senhor conquista através do dominado. (ADORNO; HORKHEIMER, 1969, p. 27-28).

Mais grave ainda seria o resultado desta dominação, pois para os autores estaríamos diante de uma situação na qual os homens teriam alienado a natureza de si mesmos, vendo-a como objetividade que lhe é externa, na medida em que construíram uma sociedade racional, subtraindo poder da natureza.

Essa aparência, na qual se perde a humanidade inteiramente esclarecida, não pode ser dissipada pelo pensamento que tem de escolher, enquanto órgão da dominação, entre o comando e a obediência. Incapaz de escapar ao envolvimento que o mantém preso à pré-história, ele consegue, no entanto, reconhecer na lógica da alternativa, da consequência e da antinomia, com a qual se emancipou radicalmente da natureza, a própria natureza, reconciliada e alienada de si mesma. O pensamento, cujos mecanismos de compulsão refletem e prolongam a natureza, também se refletem a si mesmo, em virtude justamente de sua consequência inelutável, como a própria natureza esquecida de si mesma, com um mecanismo de compulsão. É verdade que a representação é só um instrumento. Pensando, os homens distanciam da natureza a fim de torná-la presente de modo a ser dominada. Semelhante à coisa, à ferramenta material - que pegamos e conservamos em diferentes situações como a mesma, destacando assim o mundo como o caótico, multifário, disparatado do conhecido, uno, idêntico - o conceito é a ferramenta ideal que se encaixa nas coisas pelo lado por onde se pode pegá-la. (ADORNO; HORKHEIMER, 1969, p. 49-50).

A alienação da natureza, portanto, seria ampliada na mesma proporção do progresso do conhecimento científico e tecnológico, que a vê como coisa inerte, com características que lhes permitem ampliar a própria produtividade do trabalho. A crítica ao produtivismo que subordina a natureza à possibilidade de aumento constante da produtividade do trabalho não se limitaria à sociedade capitalista, pois os autores atentam para uma interpretação do marxismo que permitiria manter o paradigma do esclarecimento:

[...] Reconhecer, porém, a presença da dominação dentro do próprio pensamento como natureza não reconciliada seria um meio de afrouxar essa necessidade que o próprio socialismo veio a confirmar precipitadamente como algo de eterno, fazendo assim uma concessão ao common sense reacionário. Ao fazer da necessidade, para todos sempre, a base e ao depravar o espírito de maneira tipicamente idealista como ápice, ele se agarrou com excessiva rigidez a herança da filosofia burguesa. Assim, a relação da necessidade com o Reino da Liberdade permaneceria meramente quantitativa, mecânica, e a natureza - colocada como algo inteiramente alheio estranho, como ocorre na primeira mitologia - tornar-se-ia totalitária e absorveria a liberdade juntamente com o socialismo. (ADORNO; HORKHEIMER, 1969, p. 51).

Não sabemos se essa crítica é dirigida apenas à social-democracia e ao socialismo burocrático ou até que ponto se dirige ao próprio Marx por ter acentuado a reconciliação com a natureza a partir do fim do reino da necessidade, de certa forma preservando a herança hegeliana. A nosso ver, seria mais apropriado limitá-la ao arcabouço das modificações que a teoria de Marx sofreu no século XX e, sobretudo, a pressa em imaginar-se em uma sociedade desenvolvida materialmente e, portanto, livre das limitações do reino da necessidade. O destaque dessas observações reside no fato dos autores irem para além das corriqueiras justificativas tanto do desenvolvimento nos países capitalistas quanto em países que estiveram subordinados ao socialismo burocrático, pondo em questão a capacidade do crescimento econômico e o progresso técnico, deixando à sua própria sorte, resolverem problemas da sociedade e reconciliá-la com a natureza.

Tais questões postas pelos dois autores será retomada por Horkheimer no *Eclipse da razão* (1976), e nele podemos visualizar algumas singularidades quanto à relação homem/natureza. Neste livro as noções de razão instrumental e subordinação do homem à natureza como o paradoxo da própria razão burguesa reaparecem na crítica e emergência de uma barbárie contemporânea. Na perspectiva do filósofo alemão, o indivíduo não se percebe enquanto natureza, porque faz parte de uma “razão formalizadora” (HORKHEIMER, 1976, p. 118) na qual a dominação externa sobre todas as outras coisas que não são da espécie humana é a razão de ser do desenvolvimento social. Nesse raciocínio estabelecido pelo autor, ocorre um desprendimento da ideia do eu – não sendo mais o indivíduo uma unidade – no sentido natural, portanto, predominando a lógica racional.

A moderna insensibilidade para com a natureza é de fato apenas uma variação da atitude pragmática que é típica da civilização ocidental como

um todo. As formas são diferentes. Os antigos caçadores viam nos campos e nas montanhas apenas a perspectiva de uma boa caçada; os homens de negócios modernos veem na paisagem uma oportunidade para a colocação de cartazes de cigarros. O destino dos animais em nosso mundo é simbolizado por uma notícia publicada nos jornais alguns anos atrás. A reportagem relatava que as aterrissagens de aviões na África eram frequentemente embaraçadas por hordas de elefantes e outros animais selvagens. Nessa notícia os animais são considerados simplesmente como obstrutores do tráfego. Essa mentalidade do homem como senhor da natureza pode ser localizada em uma origem nos primeiros capítulos de Gênese. Os poucos preceitos em favor dos animais que encontramos na Bíblia foram interpretados por destacados pensadores religiosos, como São Paulo, Tomás Aquino e Lutero, como algo relativo à educação moral do homem, e de modo nenhum ligados a qualquer obrigação do homem em relação a outras criaturas. (HORKHEIMER, 1976, p. 115).

Aqui, o autor chama atenção para a mudança da civilização moderna no contato com o meio natural, o que antes era visto a partir de uma interação harmônica, é alterado na modernidade, necessariamente, de acordo com a técnica e o progresso. Nessa interpretação podemos visualizar a força exercida pela razão em relação à natureza e o modo como o indivíduo compreende a função dos elementos naturais. A questão do meio ambiente, colocada por Horkheimer (1976), está preocupada em analisar o distanciamento e a conseqüente separação produzida pela racionalização da vida social, porque não é mais necessário entender-se enquanto parte da natureza, mas desconectar-se dessa correlação ao ponto de utilizar seus recursos buscando construir um mundo cada vez mais racional.

É possível perceber na afirmação de Horkheimer (1976) uma tentativa de evocar a temática religiosa – da criação da humanidade – para destacar que, desde os primórdios, o sujeito já tinha a mentalidade de domínio sobre a natureza. Dessa forma, estabelecendo uma independência do conjunto dos outros animais e atributos naturais existentes no universo. Assim, o avanço da razão estava presente desde o início do mundo bíblico, entretanto:

[...] Todavia, a filosofia que há por trás disso, a idéia de que a razão, a mais alta faculdade humana, se relaciona exclusivamente com instrumento, ou melhor, é um simples instrumento em si mesma, é formulada mais claramente e aceita mais geralmente hoje do que jamais o foi outrora. O princípio de dominação tornou-se o ídolo ao qual tudo é sacrificado. A história dos esforços humanos para subjugar a natureza é também a história da subjugação do homem pelo homem. (HORKHEIMER, 1976, p. 116).

A natureza aparece na compreensão do autor a partir da interpretação da razão e da maneira como a racionalidade se desenvolveu ao longo da histó-

ria. Com isso, ao pensar sobre a instrumentalização da sociedade e da atividade humana, as questões em torno do domínio sobre a natureza são fundamentais aos olhos do teórico. Nessa leitura, a capacidade racional do ser humano é colocada como uma espécie de domínio sobre tudo, ou seja, os elementos presentes no meio ambiente apenas são instrumentos para um desenvolvimento técnico e tecnológico elaborado pela humanidade.

Agora, a natureza passa a ser uma forma de representação da razão instrumental, ou seja, a condição da sua existência enquanto uma forma específica de vida não é mais em si um elemento de desenvolvimento natural, mas um objeto racionalizado pelas ações humanas. Isso quer dizer que as múltiplas formas de atividades presentes no conjunto da natureza são extraídas e utilizadas pela humanidade com o intuito de reprodução social, a qual está baseada no valor. Então, a racionalização do mundo objetivo passa a ser instrumento fundamental na relação entre os sujeitos e as formas de vida não humanas.

Assim, observa-se, portanto, que a instrumentalização da vida social através do usufruto dos elementos da natureza não está condicionada na responsabilidade mútua, mas em um domínio científico a partir de um ideal de progresso. Ora, essa contribuição de Horkheimer (1976) – ao pensar a natureza como elemento de domínio pela razão – proporciona entender o avanço desenfreado da ciência e do estilo de vida adotado pela industrialização. Desse modo:

[...] a natureza é hoje mais do que nunca concebida como um simples instrumento do homem. É objeto de uma total exploração, que não tem objetivo estabelecido pela razão, e, portanto, não tem limite. O domínio da espécie humana sobre a Terra não tem paralelo naquelas outras épocas da história natural em que outras espécies animais representavam as formas mais altas de desenvolvimento orgânico. Seus apetites eram limitados pelas necessidades de existência física. Na verdade, a avidez do homem para estender o seu poder em duas infinitudes, o microcosmo e o universo, não emerge diretamente da sua própria natureza, mas da estrutura da sociedade. Assim como os ataques das nações imperialistas ao resto do mundo devem ser explicadas na base de suas lutas internas e não em termos do seu caráter nacional, o ataque totalitário da espécie humana em relação a tudo que se exclui dela mesma deriva mais das relações inter-humanas do que de qualidades inatas do homem. O conflito entre homens na guerra e na paz é a chave da insaciabilidade da espécie e das atitudes práticas resultantes disso, bem como das categorias e métodos da inteligência científica nos quais a natureza aparece cada vez mais sob o aspecto de sua exploração eficaz. Essa forma de percepção determinou também o modo pelo qual os seres humanos se concebem reciprocamente nas suas relações eco-

nômicas e políticas. Os padrões da visão da natureza pela humanidade refletem e determinam em definitivo a representação dos humanos na mente humana e eliminam a última finalidade objetiva que poderia motivar o processo. (HORKHEIMER, 1976, p. 119-120).

Não resta dúvida de que a natureza é compreendida por Horkheimer (1976) como antagonista do indivíduo e importante fonte de recursos econômicos para o fortalecimento e contínuo desenvolvimento das forças produtivas. Não podemos deixar de acentuar a simbiose que o autor constrói ao destacar a razão humana e a presença da natureza como dois elementos contrastantes e ao mesmo tempo são um só, mas nessa interação somente um lado produz devastação e constantes crises ecológicas. A racionalização do meio ambiente está diretamente relacionada a dificuldade da humanidade em compreender o movimento da natureza, o qual tem em seus diversos ciclos orgânicos a sua fonte de manutenção, portanto, se desestabilizados produzem catástrofes em múltiplos níveis.

O domínio da natureza, explicado por Horkheimer (1976), não comporta somente a apreensão das matérias-primas do meio ambiente almejando a sua reprodução social em larga escala, mas a completa dissociação entre a razão humana e a natureza. Essa é a discussão elementar e não é possível pensar a atividade socioambiental sem levantar, talvez, esse que é o ponto mais importante em sua análise. Sobretudo, a dominação dos elementos naturais é também a condição de controle entre os sujeitos, os quais são representados como parte dessa engrenagem técnica. Então, a racionalidade é concebida figurando a ideia de um “futuro melhor”: aparelhos tecnológicos sofisticados; facilidade na comunicação entre as instituições e as pessoas etc., porém, a instrumentalização destes novos mecanismos é parte da destruição dos componentes ecológicos, pois sem eles não há existência material do “progresso”.

Em sua obra mais significativa, *Para além do capital*, Mészáros (2002), dentre outros temas relevantes para entender a crise do capital e do próprio movimento socialista, aborda questões relativas às forças destrutivas do capital contemporaneamente e afirma a necessidade de conceber os seres humanos como parte da própria natureza, retomando assim a compreensão apresentada nos *Manuscritos* (2000). Destaca-se, dentre outros pontos, nessa abordagem a atualização da capacidade destrutiva do capital, a percepção de como a superprodução capitalista está na origem do esgotamento dos recursos naturais, a crítica ao ecologismo “ingênuo” e, por fim, a sua proposição de superação radical do sociometabolismo capitalista como única possibilidade de pôr fim aos riscos que sofre a humanidade sob o controle do capital. Esboçamos abaixo como o

autor desenvolve seus argumentos sobre o que consideramos como a crise ambiental e a questão ecológica nos nossos dias.

Para Mézaros (2002), haveria uma contradição imanente entre a natureza do capital e a necessidade de controle racional dos recursos da natureza. O caráter expansionista do capital decorrente da sua necessidade de acumulação ilimitada seria a origem dessa contradição, que é impossível de ser solucionada sob a égide do modo de produção capitalista:

O impulso expansionista cego do sistema do capital é incorrigível, porque não pode renunciar a sua própria natureza e adotar práticas produtivas compatíveis com a necessidade de restrição racional em escala global. Praticando uma restrição racional abrangente, o capital de fato reprimiria o aspecto mais dinâmico de seu modo de funcionamento, cometendo o suicídio como um sistema de controle sóciometabólico historicamente único. Esta é uma das principais razões porque a ideia de um 'governo mundial' globalmente racional e consensualmente limitador baseado no sistema do capital - é uma contradição gritante. (MÉSZAROS, 2002, p. 259).

Analisando a lógica reprodutiva do capital, o autor observa que os recursos naturais (renováveis e não renováveis) são explorados de forma predatória e ao lado deles encontra-se o “desperdício em escala monumental e seu corolário fatal dessa maneira alienada de se relacionar com a necessidade humana individual” (MÉSZAROS, 2002, p. 260). Além das carências primárias básicas da espécie, o capital acrescentou outras (artificiais ou não) que tornam impossíveis a autolimitação da produção, pois essa na interrupção ou queda acentua a “realização” e “valorização” do capital. Dentre as características apontadas por Mézaros (2002), encontra-se a permanência da hierarquização do controle da produção e distribuição, o autor acentua, tal como Marx já o fizera, que a produção é coletiva e a apropriação individual e hierárquica, realizada de forma discriminatória na sociedade.

O expansionismo do capital aliado às suas práticas de produção e consumo tornaria impossível a aplicação de medidas remediadoras propostas pelos discursos ambientalistas, considerados por Mézaros (2002) como ingênuos, pois preveem um sistema racional, capaz de controlar os recursos humanos e materiais sob a égide do atual modo de produção. Esses discursos partiriam de uma visão simplificada, personificada do capital, propondo soluções tópicas para os indivíduos envolvidos em determinadas situações limites. Contrapondo-se a essa visão individualizadora de solução para o sociometabolismo do capital, o autor afirma:

Portanto, as pessoas preocupadas com o ambiente perderam a batalha para a racionalidade e restrição legítima da economia antes mesmo dela começar, se sua meta não envolver a mudança radical dos parâmetros estruturais do próprio sistema capitalista. Em si, o fato de que, na forma da ameaça de destruir as condições fundamentais da reprodução sócio metabólica, um dos limites absolutos do capital esteja sendo ativado não é nada estimulante. Tudo depende do sucesso ou fracasso em complementarmos no futuro possível as condições sociais inevitáveis de reprodução global (hoje seriamente deturpadas) com o modo de produção e controle inerentemente social em todos os níveis do processo da reprodução social - em outras palavras: um modo de cooperação abrangente sua constituição interna. (MÉSZAROS, 2002, p. 259).

Mészáros (2002) observa o equívoco de imaginar-se um crescimento constante da base material do capital de modo a satisfazer todas as necessidades humanas numa sociedade de abundância e abandonar, de forma definitiva, a escassez, tal como Marx previra para a sociedade comunista. Os social-democratas teriam retomado esta perspectiva como possível de realização sob a própria sociedade capitalista no final do século XIX e início do século XX. Segundo ele:

Enquanto Marx ainda vivia, antes, portanto, que se completasse a distributividade incorrigível dos acontecimentos atuais, talvez houvesse algum fundamento para essa conclusão. No entanto, mesmo naquela época, era uma convicção discutível que se deveria limitar energicamente concentrando-se atenção nas forças e tendências compensadoras inerentes ao modo de funcionamento do capital. (MÉSZAROS, 2002, p. 264).

Aproximando-se de críticas já apresentadas pelos frankfurtianos, o autor observa que a ciência e a tecnologia não seriam antídotos a essa destruição, pois estes se encontravam profundamente “incrustados nas determinações que hoje prevalecem na produção, por meio dos quais o capital impõe à sociedade as condições materiais de sua existência instável” (MÉSZAROS, 2002, p. 265). Temos, portanto, um elemento novo na discussão marxista e que como veremos será compartilhada por outros autores contemporâneos: a promessa do fim do reino da escassez não é mais plausível, dado o grau de destrutividade alcançado pelo capital, a regulação social da produção sob uma sociedade socialista precária, necessariamente, limitar parte das necessidades que foram criadas pelo capital. Isto não implicaria na tese de que algumas tendências ambientalistas defendem o decréscimo das forças produtivas, mas em sua reorientação visando limitar a destruição do meio ambiente. Ao lado desse argumento, encontra-se a percepção de que a destruição produtiva perdeu seu caráter criativo, visto em momentos anteriores do desenvolvimento capitalista:

Outrora os defensores do sistema do capital podiam louvar com certa justificativa seu poder de ‘destruição produtiva’, inseparável da dinâmica positiva do progresso. Essa visão estava muito bem alinhada com o constante aumento da escala de operação do capital, verdadeiramente uma forma de destruição produtiva. A invasão pelo capital de tudo o que poderia ser invadido ou usurpado, ou seja, antes que o sistema tivesse de superar a si mesmo da maneira que já examinamos - deu sustentação à ideia da ‘destruição produtiva’, ainda que sempre mais problemática conforme aumentava a escala. [...] Historicamente passamos da prática de ‘destruição produtiva’ da reprodução capital para uma fase em que o aspecto predominante é o da produção destrutiva cada vez maior e mais irremediável. (MÉSZAROS, 2002, p. 267).

A lucidez do autor reside em observar como as forças destrutivas estariam incorporadas ao próprio processo de produção capitalista e escapariam a essa sociedade. Em função da sua estrutura de classes e dos interesses privados sobrepostos aos interesses coletivos, estaria descartada a possibilidade de controlar a produção de forma planejada, único mecanismo capaz de pôr um freio à destruição ecológica e à própria sociedade. Sobretudo, devido ao fato de não termos condições de satisfazer, de modo ilimitado, à todas as necessidades materiais, em particular aquelas criadas pelo capital estabelecendo nichos de consumo de massas e de consumo de luxo. No entanto, quando trata especificamente da crise ecológica, Mézaros (2002) mantém-se na crítica à ingenuidade dos ambientalistas e aponta apenas soluções finais envolvendo a passagem da ordem social atual para a ordem socialista. Arriscamos nos a dizer que a dimensão destrutiva dessa crise não é plenamente percebida por Mézaros (2002). Ainda que nos pareça louvável a sua perspectiva, segundo a qual não seria mais possível, mesmo em uma sociedade socialista, garantir a satisfação de todas as necessidades humanas, pois isto acarretaria a exaustão dos recursos do planeta.

O menosprezo pelos ecologistas aparece de modo mais nítido na sua percepção sobre a emergência do discurso de defesa da natureza. Tal discurso seria consequência das derrotas militares e tecnológicas dos EUA nas últimas décadas.

O Deus que falhou, na imagem da onipotência tecnológica, e agora recomposto é novamente apresentado sobre o disfarce do ‘interesse ecológico’ universal. Há 10 anos a ecologia podia ser tranquilamente ignorada ou desqualificada como totalmente irrelevante. Atualmente, ela é obrigada a ser grotescamente desfigurada. Exagerada unilateralmente para que as pessoas - possam ser, com sucesso, desviadas dos candentes problemas sociais e políti-

cos. Africanos, asiáticos e latino-americanos especialmente estes últimos não devem se multiplicar como bem lhes aprouver - nem mesmo de acordo com a vontade de Deus, caso sejam apostólicos romanos -, dado que o desequilíbrio demográfico poderia resultar em tensões 'ecológicas intoleráveis'. (MÉSZAROS, 2002, p. 987).

Assim, o autor identifica um engodo no discurso ecológico que remonta aos anos 1970 e 1980 do século XX vinculado à perspectiva do controle demográfico, talvez não seja necessário acentuar que atualmente esse discurso é amplamente ultrapassado, sobretudo pela queda das taxas de crescimento demográfico nas duas últimas décadas na Europa e nas Américas. O atual discurso ecológico não parte de tais considerações de ordem demográfica neomalthusianas, preocupa-se muito mais com as formas e modos de explorar os recursos naturais. Sem dúvida, Mézaros (2002) está correto quando observa a contradição entre o discurso militante, as práticas dos agentes capitalistas, e os limites para se alterar o modo de produzir sem a ruptura com as relações sociais de produção dominantes. No entanto, não parece correto menosprezar como um todo as diversas acepções ecológicas que nos alertam para a profunda crise ambiental na qual estamos imersos. Observa-se que ele não nega a crise ecológica, chega a afirmar que “o problema da ecologia é real já algum tempo, ainda que, evidentemente, por razões inerentes a necessidade do crescimento capitalista, poucos tenham dado alguma atenção a ela” (MÉSZAROS, 2002, p. 90).

Mas, retornando ao seu ceticismo quanto às medidas necessárias para barrar a crise ecológica, Mézaros (2002) critica os ambientalistas quando defendem a coletivização dos custos para a despoluição da natureza, pois seria “sempre a comunidade dos produtores que cobre os custos de tudo” (MÉSZAROS, 2002, p. 988). Os que defendem essa coletivização dos custos não perceberiam que dado o controle social alienado, a maioria da população não teria como “arcar com tais custos”.

Se a solução definitiva para o impasse ecológico está bastante caracterizada, pois o autor reafirma que só uma sociedade na qual os meios de produção e distribuição sejam efetivamente coletivos, com a extinção da propriedade privada, permitiria estabelecer uma nova forma de controle sobre o meio ambiente, ainda restam dois problemas na sua abordagem. O primeiro diz respeito à manutenção da esperança iluminista, segundo o qual a racionalidade humana poderá, com o auxílio da ciência e da tecnologia, estabelecer, de fato, um controle eficiente sobre as forças da natureza, parafraseando Adorno e Horkheimer (1969), ainda estaríamos sucumbidos ao mito esconjurado pelo Iluminismo. O segundo reside no fato de não se identificar um percurso de luta socioecológi-

ca entre o momento atual e uma possível sociedade socialista, lembramos que mesmo em direção distinta, no passado Trotski (1978) observou que entre um momento de luta revolucionária e outro é necessário estabelecer-se um programa de transição. Só um programa com propostas que unificassem o programa mínimo (medidas anteriormente defendidas pelo reformismo) e o programa máximo (a própria revolução socialista) poderiam conduzir ao enfrentamento da ordem capitalista e do burocratismo.

No momento atual, combater a deterioração das condições ambientais exige não apenas apontar para a falência do modo de produção e a necessidade de outra sociedade, mas identificar quais as ações que vão nesta direção e auxiliam em pôr um freio à reprodução ampliada do capitalismo. Nestas circunstâncias, os ambientalistas não podem ser vistos como ingênuos, mas como aliados na luta contra a crise ecológica. Isso não significaria subordinar-se às apropriações da ideologia dominante, ao contrário, apontar para seus limites, nos tirar da passividade quanto à luta imediata. Mesmo não sendo o objetivo de Mézaros (2002), podemos visualizar como consequência de sua posição uma espécie de “atentismo”, passividade na luta imediata, na espera da revolução social, pois, seguindo os argumentos do autor, esta espera pode custar muito à sociedade, sobretudo dada a insuficiente mobilização do proletariado para a realização de uma revolução nas últimas décadas.

## **A CRÍTICA AO AMBIENTALISMO DE HARVEY E A PERSPECTIVA ECOSSOCIALISTA DE LOWY**

Seguindo uma linha similar a de Mézaros (2002), Harvey (2016) aponta para questões ecológicas, ainda que minimizando suas consequências para o planeta. Em livro no qual apresenta dezessete contradições do capitalismo, no décimo sexto ele discorre sobre a contradição capital/natureza e a crítica ao que poderíamos considerar como alarmismo quanto a uma crise iminente e generalizada do meio ambiente. Reconhecendo que existe de fato uma pressão ambiental atribuída ao crescimento exponencial da população, o autor dúvida da plausibilidade dessa tese e elenca seus motivos:

Em primeiro lugar, o capital tem uma longa história de sucesso na resolução de seus problemas ambientais, não importa que se refiram ao uso dos recursos ‘naturais’, à capacidade de absorver os poluentes ou enfrentar a degradação do *habitat*, a perda da biodiversidade, a qualidade cada vez pior do ar, da água e da Terra etc. Vistas em retrospecto, as velhas

previsões de que a civilização e o capitalismo teriam um fim apocalíptico, parece insensatas. (HARVEY, 2016, p. 229).

No seu primeiro contra-argumento à crise ambiental relacionada ao crescimento populacional, o autor observa que a tese malthusiana segundo a qual a população cresceria em progressão geométrica e a produção de alimentos em progressão aritmética não teria sido realizada, portanto, como não tivemos uma escassez em termos de provimento das necessidades básicas, para Harvey (2016) devemos permanecer céticos quanto à possibilidade de uma catástrofe iminente. Um segundo argumento contrário à crise iminente residiria no fato de a própria natureza encontrar-se interiorizada no movimento do capital. Aqui o autor superestima o capital e a própria tecnologia, pois partindo do fato do capital manipular a produção de alimentos e até mesmo o plantio, colheita e os recursos naturais, todos os meios de produção deveriam ser considerados sob a ótica capitalista como agentes da acumulação do capital. Vai mais longe admitindo que o próprio fluxo monetário poderia ser entendido como variável tecnológica. Dessa forma, todos os problemas relativos à produção de alimentos subordinados ao modo de produção capitalista poderiam ser resolvidos tecnologicamente. Logo, não caberia aqui a tese da “dominação da natureza”, pois seria um equívoco “do pensamento cartesiano de pensar capital e natureza como entes separados.” Dessa forma, para Harvey (2016, p. 230), o capital teria absorvido a natureza: “O Capital como um sistema ecológico em constante funcionamento e evolução” – no qual natureza e capital são constantemente produzidos e reproduzidos.

O terceiro ponto acentuado por Harvey (2016) diz respeito ao fato de a própria questão ambiental ter-se tornado um grande negócio para o próprio capital. Dessa forma, para Harvey (2016), o lucro seria o elemento definidor da ecologia: “todos os projetos ecológicos e ambientais são projetos socioeconômicos (e vice-versa). Sendo assim, tudo depende dos projetos socioeconômicos e ecológicos: bem-estar das pessoas ou taxa de lucro?” (HARVEY, 2016, p. 21). Se, por um lado, o autor observa corretamente uma das facetas da apropriação do discurso e das práticas ambientalistas pelo capital, isto é, o fato de grandes empresas disfarçarem seus lucros utilizando-se de um discurso aparentemente voltado para a melhoria de vida dos indivíduos. Por outro, parece não ver que mesmo essa apropriação é decorrente de uma luta social que impõe, a contragosto, limites ao próprio capital.

Um quarto argumento alerta para o fato do capital poder operar e reproduzir-se mesmo em situação de catástrofe ambiental.

Desastres ambientais criam oportunidades abundantes para um capital do desastre lucrar com a prodigalidade. Não necessariamente a morte por inanição de pessoas expostas e vulneráveis e a destruição generalizada de *hábitus* prejudicarão o capital (a não ser que provoquem rebelião e revolução), justamente porque grande parte da população mundial já se tornou redundante e descartável. (HARVEY, 2016, p. 232).

O autor refere-se aqui ao fato de existirem empresas que lucram com os desastres ambientais. No entanto, por mais que existam situações de desastres provocadas de modo direto pelo capital (como morte por resíduos tóxicos assinalados pelo autor), é necessário observar que os desastres ambientais não podem ser generalizados como resultado imediato de ações locais decorrentes da expansão do capital (a exemplo do degelo nos polos) e nem sempre o capital poderá auferir lucros com acidentes em grande escala – mesmo aqueles provocados por sua expansão. Logo, a argumentação quanto ao capitalismo enquanto gestor de tragédias ambientais apenas em parte pode ser aceita, pois estamos diante de situações que podem ultrapassar a possibilidade de controle e mesmo de lucro para o capital.

Assim, para Harvey (2016), a natureza seria para o capital apenas uma reserva de recursos a ser apropriado, portanto o capital torna-se proprietário da natureza, e o controle dos rentistas sobre tais recursos levaria cada vez mais aos monopólios da natureza, vista como monopolizada e uma “mercadoria reificada”. Aqui o autor, após caracterizar esse modo de lidar com a natureza, arrisca uma reflexão sobre o ambientalismo:

Contestar esse fato seria contestar o funcionamento do capitalismo e negar aplicabilidade da racionalidade econômica do capital à vida social. É por isso que o movimento ecológico, quando vai além de uma política meramente cosmética ou de melhoria, deve ser anticapitalista. O conceito de natureza que sustenta várias filosofias ambientalistas opõe-se radicalmente àquele que o capital tem de impor para se reproduzir. O movimento ambientalista, aliado a outros movimentos, poderia ser uma ameaça séria à reprodução do capital, mas até abaixo dos ambientalistas, por diversas razões, não avançou muito nessa direção. Muitas vezes eles preferem ignorar a ecologia que o capital está construindo e se prendem a questões que podem ser separadas da dinâmica central do capital. (HARVEY, 2016, p. 234).

Desta forma, visualizamos que um dos riscos apontados por Harvey (2016) seria do próprio capital visto sob o manto da responsabilidade ambiental dominar os discursos ecológicos e tentar resolver a contradição em nome dos seus próprios interesses. Ele reconhece que a pressão do capital para se apropriar de todos os aspectos do mundo, vivido em função de manter seu cresci-

mento exponencial contínuo, implica em uma degradação progressiva do meio ambiente. Admite até situações apocalípticas de modo localizado, mas que poderiam “[...] facilmente ser absorvidos pelo capital, uma vez que o ‘predatório’ capitalismo de desastre está sempre disposto a reagir” (HARVEY, 2016, p. 236). Dessa forma, mesmo os desastres ambientais seriam incorporados à reprodução capitalista, gerando situações lucrativas. Novamente, mesmo reconhecendo que os problemas ambientais ganharam dimensão global, o autor demonstra desprezo pelas iniciativas internacionais, pois “não levam a lugar nenhum”. Logo, o capital não encontraria barreiras na natureza para resolver esses problemas, esses seriam inteiramente de ordem política, econômica e ideológica. O exemplo de Harvey com a mudança climática é sugestivo de sua apreciação:

No caso da mudança climática, por exemplo, o problema não é que não sabemos o que está acontecendo, ou que não sabemos o que fazer (por mais complicado que pareça) em termos amplos. O problema é a arrogância e os interesses particulares de certas facções do capital (e de certos governos e aparelhos de Estado capitalistas), que tem o poder de contestar, atrapalhar e evitar ações que ameaçam seus lucros, sua competitividade e seu poder econômico. (HARVEY, 2016, p. 237).

A dúvida quanto à destruição em escala global permanece na argumentação do autor ao afirmar: “a existência de práticas destrutivas em um lugar não significa necessariamente que existe práticas semelhantes em outro lugar” (HARVEY, 2016, p. 238). Por outro lado, não teríamos condições de avaliar o grau de depredação ambiental tornando muito difícil um juízo cabal sobre as questões socioecológicas.

Mesmo diante das catástrofes ambientais o autor afirma:

[...] a postura geral que parece prudente agora diante dessas ressalvas é a seguinte: não há nada de natural nos chamados desastres naturais, e a humanidade sabe o suficiente para atenuar ou controlar a ameaça da maioria das catástrofes ambientais (ainda que não de todas). (HARVEY, 2016, p. 239).

Expectativa semelhante adotada quanto a um possível colapso ambiental, pois considera que os estudos existentes não apontariam para isso, dessa forma, os alertas em relação a escassez de água e energia são menosprezados, pois o autor vê condições tecnológicas para resolvê-las. Retomando Adorno e Horkheimer, o autor assim define a necessidade da luta atual em prol do meio ambiente, cumprindo a promessa da própria natureza humana em rebelar-se contra a desumanização provocada pelo capital. Se em termos concordamos com essa argumentação, parece-nos, entretanto, demasiadamente abstrata diante da dimensão da crise atual. O autor subestima os eventos extremos

na natureza, a escassez que poderá estar para além do capital, o aquecimento global que avança celeremente e até mesmo os riscos de doenças epidêmicas atingirem a humanidade. Por isso, um cientista social que se predispôs a compreender os riscos ecológicos, a nosso ver, deveria ir adiante da identificação de uma ecologia capitalista, observando as iniciativas de movimentos ambientalistas e os avanços científicos na área das ciências naturais para ter condições de identificar as lutas sociais e suas contribuições para barrar o comportamento predatório do capitalismo. Por fim, nos parece que enquanto marxista ausenta-se desta análise o papel da luta de classes, contemporaneamente ela deve ser buscada em todos os atos de resistência, denúncias e exigências de leis regulatórias. Também é necessário avaliar amiúde como estes atos têm ou não posto um freio à destruição generalizada. Ao pensar a ecologia apenas como subordinada à lógica do capital, isto talvez nos impeça de pensar e agir por outra ecologia.

Em caminho distinto dos teóricos já citados, porém, resgatando alguns elementos presentes nos estudos desses clássicos sobre a natureza, Lowy (2014) propõe o *ecossocialismo* como uma perspectiva de transformação radical da sociedade de economia capitalista. Nesse sentido, a modificação das relações socioeconômicas e políticas seriam integrantes de uma crítica marxiana ao capitalismo, ou seja, não haveria possibilidade de mudar as relações de produção a não ser pela compreensão profunda das estruturas sociais. Essa mudança radical só seria possível a partir dos pressupostos teóricos e práticos do marxismo.

Partindo dessa concepção, Lowy observa que a questão ecológica já estava presente em Marx e Engels, porém de forma incipiente e pouco desenvolvida, como também já vimos no presente texto, tanto nos *Manuscritos econômicos-filosóficos* (2000) como em *O Capital* (2019) que já se encontrava o debate teórico sobre a natureza. Lowy alerta para a crítica de Marx à devastação das florestas decorrente da expansão da agricultura capitalista. Além disso, observa que Engels referiu-se à destruição das florestas cubanas e de grandes produções de café na Espanha, registrando ainda um processo de desertificação do solo, causado pela atuação predatória do modo de produção capitalista. A problemática da poluição ambiental, encontraria também registro na obra de Engels, *A condição da classe operária inglesa* (1844), quando descreve as condições de insalubridade dos bairros proletários devido à acumulação de dejetos e resíduos das indústrias nos rios e nas ruas (LOWY, 2014).

Entretanto, tanto as observações de Marx quanto as descrições de Engels ainda seriam insuficientes para a apreensão da complexidade da questão ambiental. Por isso, Lowy repensa a partir de Benjamin temáticas de ordem ecológica, como as que estão presentes na obra *Senso único*, escrita no início do

séc. XX, quando o autor afirma que o domínio do capital sobre a natureza era uma espécie de “ensinamento imperialista” (LOWY, 2014).

Tendo como ponto de referência o alcance do capital em todas as suas dimensões, ele percebe que não bastaria a realização de reformas parciais no sistema de trocas para gerar uma mudança civilizatória, nem mesmo apenas o redirecionamento tecnológico do uso de fontes de energia. O primeiro passo para essa modificação civilizacional é o controle dos meios de produção retirado das grandes empresas capitalistas e dos bancos, portanto, tornando-os administrados de acordo com o bem comum da sociedade. Logo, é fundamental a alteração na lógica de consumo, mas não a pregada pelos ecologistas em geral baseada na diminuição dos excessos consumistas e, sim, na metamorfose do consumo fundado na ostentação, alienação mercantil, no desperdício desenfreado e na obsessão acumuladora (LOWY, 2014). Ademais, o autor aponta:

Uma reorganização de conjunto do modo de produção e de consumo é necessária, fundada em critérios *exteriores ao mercado capitalista*: as necessidades reais da população (não necessariamente ‘pagáveis’) e a preservação do meio ambiente. Em outras palavras, *uma economia de transição para o socialismo* [...]. Em outras palavras, um planejamento democrático local, nacional, e, cedo ou tarde, internacional, que definia: 1) quais produtos deverão ser subvencionados ou até mesmo distribuídos gratuitamente; 2) quais opções energéticas deverão ser seguidas, ainda que não sejam, num primeiro momento, as mais ‘rentáveis’; 3) como reorganizar o sistema de transportes, em função de critérios sociais e ecológicos; 4) quais medidas tomar para reparar e o mais rápido possível, os gigantesco estragos do meio ambiente deixados ‘como herança’ pelo capitalismo. (LOWY, 2014, p. 48).

Partindo dessas considerações, o ecossocialismo seria, fundamentalmente, uma proposta socialista que tem como elemento central a problematização da natureza e da forma como a humanidade utiliza o meio ambiente de maneira degradante. Assim, essa perspectiva não aglutina apenas a mudança no comportamento socioambiental dos indivíduos, mas a diminuição da jornada de trabalho, alternativas de fontes energéticas naturais, socialização do modo de produção, desenvolvimento de mercadorias de acordo com as necessidades reais da população, reformulação da mercadoria como ostentação etc.

Desse modo, Lowy (2014) realiza uma crítica à ecologia de mercado capitalista, que propõe apenas reformas imediatas, ao contrário disso, prevê a necessidade de reestruturação da base econômica, a exemplo da mudança nas relações de trocas, do consumo em larga escala de mercadorias, do usufruto

predatório da fauna e flora; em suma, modificar de modo radical a degradação da natureza provocada por grandes empresas e corporações capitalistas.

A sua proposta para o meio ambiente leva em consideração uma união política entre “os vermelhos e os verdes”, isto é, entre os ecologistas liberais e a esquerda radical. Nessa visão, essas duas formas de pensar a realidade social seriam aliadas em um momento de transformação, pois a natureza é o ponto de convergência entre essas duas práticas de atuação política na sociedade. Contudo, o autor compreende a importância de reformas imediatas propostas pela ecologia de mercado, a exemplo da luta pela redução do consumismo produtivista e de mudanças energéticas propostas por movimentos sociais. Entretanto, a exemplo dos demais autores até agora analisados, percebe-se a sua insuficiência por não atacar a raiz dos problemas ecológicos, os quais passam necessariamente pela organização do capitalismo.

Por mais que Lowy (2014) traga elementos novos para pensar a relação do indivíduo com a natureza e da forma como a sociedade se relaciona com os bens naturais, notamos uma ausência do reconhecimento das práticas das comunidades tradicionais e sua importância no combate às degradações ambientais. Outra fragilidade de sua proposta encontra-se na possível aliança entre os ecologistas liberais e os radicais, posta como fundamental para construção de estratégias socioambientais. No entanto, essa união transmite uma ideia romântica a respeito da disputa que é travada econômica, social e politicamente entre estes dois grupos de ecologistas. Do ponto de vista da realidade material, ambos estão em frentes dissonantes, os chamados ecologistas de mercado operam na lógica reprodutiva do capital, construindo alternativas internas incapazes de levarem à ruptura com o modo de produção do capitalismo, e, conseqüentemente resgatar a natureza da exploração desenfreada. Por outro lado, os ecologistas radicais estão preocupados em enfrentar o domínio técnico e tecnológico dos elementos naturais a partir de um movimento externo ao funcionamento da lógica capitalista, partindo, portanto, da crítica às grandes empresas e setores do agro-negócio que exploram em larga escala os recursos da natureza. Logo, mesmo convergindo em determinados momentos por pautas similares, a estrutura de ambos os pensamentos é radicalmente divergente.

Sem dúvida, a diferença entre este pensador e os analisados anteriormente consiste na busca de identificar ações concretas que podem ser realizadas em um período de transição entre o capitalismo e o socialismo, talvez, sua agenda de alianças teria mais coerência se retomasse o discurso dos interesses das classes, indo além de convergências e/ou divergências entre grupos ideológicos. Certamente, este caminho permite identificar as pautas sociais e propor

caminhos em função dos interesses das classes subordinadas, as principais prejudicadas pela ganância capitalista.

Na operacionalização do ecossocialismo, Lowy (2014) se aproxima dos agentes sociais concretos, de certa forma indo além da proposta genérica entre duas formas distintas de pensar a ecologia. Assim, propõe três princípios éticos. Primeiro, a ética social: estruturada mediante a modificação da lógica de produção e distribuição mercadológica, portanto, nesta perspectiva é necessário a atuação de movimentos sociais, organizações de luta pela sobrevivência do meio ambiente, organizações não governamentais e a mobilização do conjunto da sociedade. Este elemento ético não é uma dimensão individual de mudança comportamental, mas articula-se a partir de um contexto coletivo.

Outro princípio apontado pelo teórico é a ética igualitária. Esta proposição trabalha através da redistribuição da riqueza mundial, ou seja, uma modificação do capitalismo avançado dos países centrais. Segundo Lowy (2014), este mecanismo alteraria a forma de socialização do poder socioeconômico ocasionando uma relação de igualdade com os estados do sul global. Neste sentido, haveria uma nova ordenação do paradigma produtivo e do modo de lidar com a natureza.

O terceiro fundamento está centrado na ética democrática. Aqui, o autor sinaliza para alteração do monopólio capitalista e do poder econômico através de uma reestruturação coletiva. Logo, destituindo os meios de produção não somente em relação ao conjunto das grandes empresas industriais e conglomerados, mas da atuação política e sociocultural. Sobretudo, essas três formas são fundamentais para o ecossocialismo e atuam de maneira simultânea, porque ao destacar as particularidades desses pressupostos éticos é evidente a relação intrínseca no funcionamento de cada um. Apesar de trazer esses fundamentos éticos como forma de estruturação do conceito de ecossocialismo não é possível visualizar ao longo do debate proposto pelo teórico uma articulação política na qual possa sustentar e reunir os diferentes segmentos da sociedade em prol desta transformação ecológica radical. A ausência de menção aos povos originários na luta ambiental nesta obra, no entanto, é compensada pela *Declaração ecossocialista de Belém* (2014)<sup>3</sup> distribuída no Fórum Social Mundial, escrita por Lowy e outros ativistas, nesse os povos originários são vistos como fundamentais na defesa do meio ambiente:

Os elementos mais oprimidos da sociedade humana, os povos pobres e os indígenas, devem ter um papel central na revolução ecossocialista, a fim

---

3 Declaração está contida na obra *O que é ecossocialismo* (2014).

de revitalizar as tradições ecológicas sustentáveis e dar voz àqueles que o sistema capitalista não pode ouvir. Dado que os povos do sul global e os pobres são geralmente as primeiras vítimas da destruição capitalista, suas lutas e demandas ajudarão a definir os contornos da sociedade ecológica e sustentável economicamente a ser criada. (LOWY, 2014, p. 121).

Essa argumentação é reforçada na crítica da declaração à devastação ecológica, em que aparece a necessária aliança entre os oprimidos:

A devastação ecológica não será paralisada nas salas de conferências ou nas negociações de tratados: somente a ação de massa pode fazer a diferença. Os trabalhadores urbanos e rurais, os povos do Sul global e os povos indígenas de todo o mundo estão na vanguarda desta luta contra a injustiça social e ambiental, combatendo as multinacionais exploradoras e poluidoras, o agronegócio químico venenoso e desregulado, as invasivas sementes geneticamente modificadas, e os biocombustíveis que agravaram a crise alimentar. Nós devemos intensificar estes movimentos socioambientais e construir a solidariedade entre as mobilizações ecológicas anticapitalistas do Norte e Sul. (LOWY, 2014, p. 123-124).

Percebemos uma tentativa em evocar a luta pelo território das comunidades tradicionais, por Lowy (2014), como forma de sinalizar possíveis alianças políticas, articulando o ecossocialismo com o enfretamento histórico dos indígenas. Além disso, o autor acentua a importância das camadas populares do sul global no processo de modificação ecológica. O manifesto propõe de modo mais específico algumas propostas, a exemplo da redução da emissão dos gases estufa, substituição da matriz rodoviária, elaboração de programas de despoluição, sistema de transporte público gratuito, eliminação da energia nuclear etc.

Ao trabalhar uma proposta de ação política através do manifesto fica evidente a busca pela transformação das relações humanas com a natureza. Logo, fixa-se uma crítica ao modo de produção capitalista que tem por fundamento para a sua expansão a exploração do meio ambiente, pois compreende que esse mundo objetivo existe porque é possível inventar, organizar, classificar e produzir mercadorias mediante os insumos extraídos da terra, ar, águas, florestas, plantas medicinais etc. Ademais, observamos que o manifesto propõe outra lógica racional ao lidar com as questões ecológicas, sinalizando a necessidade vital de conscientizar a população sobre o desastre praticado pela humanidade e, aqui, não é apenas destacando o consumismo desenfreado, mas educando os sujeitos para participarem ativamente das decisões a respeito do aumento acelerado da temperatura, da massiva produção de lixo, da poluição e do desmatamento do agronegócio etc.

Em síntese, o manifesto critica o modo do capitalismo em lidar com as questões ambientais e o avanço sem precedente da devastação da natureza. Logo, o ecossocialismo é posto como a única alternativa viável para barrar a barbárie produzida pela sociedade industrial, entretanto, essa alternativa de mudança ecológica está fundamentada na socialização da produção econômica das grandes empresas que degradam os sistemas naturais. Mas, para isso, é necessário construir a consciência socioambiental dos indivíduos e decidir o rumo da produção mediante “a tomada de decisão e a posse coletiva da produção”, as quais “podem oferecer a perspectiva a longo prazo que é necessária para o equilíbrio e a sustentabilidade de nossos sistemas sociais e naturais” (LOWY, 2014, p. 120).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso deste artigo visou investigar em Marx e alguns autores contemporâneos como é tratada teoricamente a questão ambiental. Em Marx, preocupamo-nos com a questão da relação homem/natureza, pois, naquele momento, mesmo com algumas situações já se apresentando como poluição, uso irracional das terras e moradias urbanas precárias, ainda não era possível visualizar a imensa crise ambiental que vivemos nos nossos dias. Marx identifica o problema como gerado primeiro pela necessidade de separação do ser humano da natureza para efetivar-se como ser consciente e produtor de sua própria existência, mas tal separação será seguida, historicamente, pela apropriação privada dos meios de produção que atinge seu auge no desenvolvimento capitalista. Essa dupla alienação desumaniza o próprio ser humano e o põe em oposição a si mesmo (as classes sociais) e à natureza. De modo ainda genérico, Marx pensava em um futuro no qual a apropriação e distribuição coletiva dos meios de produção e dos valores de uso pudessem enfim permitir a reconciliação com a natureza. Caminho semelhante, mas apenas quanto à origem da contradição, será explorado por Adorno e Horkheimer, no entanto sem um horizonte possível de superação.

Já Mézaros e Harvey também identificarão as origens do problema e acentuarão o papel do modo de produção capitalista em tornar a própria natureza mercadoria e assim produzir as crises ambientais contemporâneas. Ambos, no entanto, apontam apenas para a solução final – a extinção do capitalismo –, sem observar as próprias lutas atuais para impedir que tais crises possam comprometer a própria existência da humanidade. Apenas Lowy, em que pese as inconsistências, avança no sentido de incorporar no presente todas as lutas em defesa da ecologia. O seu ecossocialismo talvez seja um ponto de partida para o

marxismo ir além de mostrar a origem e a solução, com a superação do capital, pois enquanto isto não ocorrer é necessário empreender as lutas cotidianas e buscar unificá-las para barrar a degradação acelerada do meio ambiente.

Ademais, o artigo se coloca como uma proposta de reflexão ao destacar os desafios da atualidade através das contribuições teóricas elaboradas ao longo dos anos sobre ecologia, relação homem/natureza e da capacidade destrutiva dos indivíduos frente ao meio ambiente. Portanto, compreendemos a necessidade de aprofundar o debate a respeito das novas posições críticas referentes às crises ambientais, além dos problemas socioambientais postos para as novas gerações. Desta maneira, pensar a concepção de autores clássicos e contemporâneos é fundamental na construção, inovação e definição de alianças políticas.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

ENGELS, F. **A dialética da natureza**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do espírito**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

LOWY, M. **O que é Ecosocialismo**. São Paulo: Cortez, 2014.

HORKHEIMER, M. **Eclipse da razão**. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976.

LUKÁCS, G. **Por uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **A ideologia alemã**. Lisboa: Martins Fontes, 1975.

MARX, K. **Manuscritos económicos filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2000.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, K. **O manifesto comunista**. São Paulo: Monte Cristo, 2012.

MARX, K. **As lutas de classe na França**. São Paulo: Boitempo, 2015

MARX, K. **18 brumário de Napoleão Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MARX, K. **O Capital (Crítica da economia Política)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

MÉSZAROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

TROTSKI, L. **Programa de transição para a revolução socialista**. Lisboa: Antidoto, 1978.